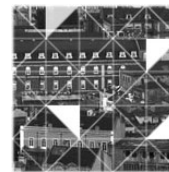


---

# CIDADES, Comunidades e Territórios

---



## ESSA É NOSSA RUA: O design social em iniciativas interdisciplinares de pesquisa e extensão.

**Anna Lúcia dos Santos Vieira e Silva<sup>1</sup>**, Universidade Federal do Ceará, Brasil.

**Vitor Vieira Araujo<sup>2</sup>**, Universidade Federal do Ceará, Brasil.

**Frederico Leite Gonçalves<sup>3</sup>**, Universidade Federal do Ceará, Brasil.

**Livia Saraiva Freire<sup>4</sup>**, Universidade Federal do Ceará, Brasil.

### Abstract

Este artigo tem como objetivo apresentar um processo de pesquisa e extensão que envolve a Universidade Federal do Ceará e a comunidade Lauro Vieira Chaves, de Fortaleza. Ameaçada de remoção de cerca de quatrocentas famílias devido a obras de mobilidade urbana em Fortaleza, uma das sedes da Copa do Mundo, a comunidade buscou a universidade para a regularização fundiária. Desse encontro nasce o projeto "Se essa rua fosse nossa", com ações de arte e resistência urbana para dar visibilidade ao local e reivindicar sua permanência. Durante o processo de realização deste projeto a universidade se envolveu com outras demandas da comunidade, como fortalecer o sentido de resistência, identidade e territorialidade.

Como um dos resultados, houve um desvio da rota do Veículo Leve sobre Trilhos e apenas 66 famílias foram removidas para uma localidade próxima. Como continuidade, está em andamento o projeto de uma publicação de interesse social intitulada "Nossa Rua". Três parâmetros guiam o projeto: o conteúdo, a linguagem e a distribuição. O conteúdo aborda todo processo que envolveu a comunidade e a universidade. A linguagem busca ser uma ligação direta, sensível e útil entre o processo vivenciado e outras comunidades que enfrentam situações semelhantes. A distribuição pretende ser de acesso livre virtualmente, para abranger o seu público alvo específico e não limitar seu alcance. Dessa forma, design social, design gráfico, arte urbana e urbanismo se integram em repercussões visuais, individuais e comunitárias, por possibilitar o entendimento, na prática, da responsabilidade e importância de ações participativas.

**Keywords:** Design social; Design editorial; interdisciplinaridade;  
Pesquisa-ação.

---

<sup>1</sup> annalucialilu@gmail.com.

<sup>2</sup> vtrara72@gmail.com.

<sup>3</sup> fredericoleite@msn.com.

<sup>4</sup> liviasaraiva18@hotmail.com.

## 1. O Espaço Nosso de Cada Dia

“O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade.” (Lefebvre, 2001: 134)

As metrópoles contemporâneas gradativamente enquadram-se na qualidade de produtos. O planejamento urbano que redesenha essas cidades tem como objetivo inseri-las na atual competição globalizada para a atração de turistas e grandes investimentos corporativos. Para isso, é priorizada a fabricação de uma imagem atraente da cidade, em detrimento de necessidades básicas de seus cidadãos. Nesse contexto, o direito à cidade, entendido como necessidade social básica, é sobreposto por intenções comprometidas politicamente com interesses econômicos.

Fortaleza encaixa-se nesse contexto à medida que os últimos anos foram de intensas transformações na cidade com o objetivo de prepará-la para a Copa do Mundo 2014. Diversas obras de infraestrutura foram planejadas sob o pretexto de garantir o bom funcionamento do megaevento e desenvolver a imagem mercantilizada da metrópole, enquanto as demandas básicas da população foram deixadas de lado. Assim, os moradores da cidade passam a ser coadjuvantes de um planejamento em que o foco se volta para intervenções pontuais e visitantes esporádicos.

“Nace así una ciudad invisible vivida en su quintaesencia icónica más que en su realidad, carente de auténticos momentos de vida colectiva, confinada en formas vicarias dentro de la red de los acontecimientos mediáticos. En semejante contexto metropolitano, tal y como ha escrito Massimo Ilardi, los ciudadanos pierden su ciudadanía que es, en sustancia, un hecho de naturaleza exquisitamente política, además del efecto de una representación, al mismo tiempo autónoma y colectiva, en la ciudad.” (Purini, 1999: 61)

Como afirma Purini, esse tipo de planejamento prejudica a vida urbana coletiva e contribui para uma perda da cidadania e alienação com o espaço público e com as relações sociais dependentes dele. No entanto, a contraposição a esse tipo de cidades-mercadorias e da alienação podem ser encontradas em certas localidades da cidade existente. São lugares onde os espaços públicos permanecem com sua qualidade de encontro e convívio, onde há a possibilidade dos contatos casuais e a compreensão da identidade coletiva dos habitantes, no desenvolvimento dos fatores de confiança e respeito. Esses fatores são os responsáveis pela função da rua de agregar ao cotidiano uma vida pública informal de um modo que seja capaz de se sobrepor à formalidade hegemônica e da crescente privacidade do espaço. Jane Jacobs (2000) aponta essa função como um dos requisitos para que a rua seja articuladora de usos e por consequência elemento imprescindível para a vida das cidades (Abraão, 2008).

A Comunidade Lauro Vieira Chaves localiza-se nas proximidades do Aeroporto Internacional de Fortaleza e, apesar das dificuldades existentes, demonstra os aspectos que Jacobs já afirmara serem essenciais para a vida urbana:

“Esgoto a céu aberto, empenas cegas, janelas, portas, muretas e portões em ruelas muito estreitas. Sempre há crianças brincando, pessoas de passagem, bicicletas estacionadas, roupas em varais improvisados e alguém sentado à porta, em alguma sombra. A vida na comunidade se assemelha a de um tempo e espaço onde o crescimento das cidades ainda não havia engolido o sentido de vizinhança, convívio e uso comum do espaço público. Talvez porque tenha surgido há quarenta anos e se mantido discreta, talvez por ter garantido, até então, o desinteresse especulativo a seu favor.”(Silva et. al., 2014:1-2)

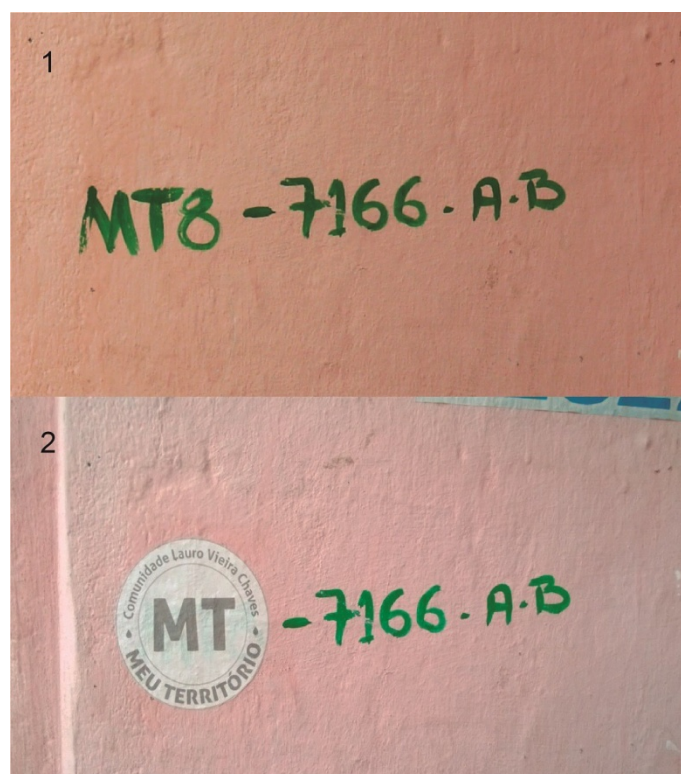
Como descrito acima, há quarenta anos algumas pessoas reuniram-se em torno da necessidade comum de habitar e começaram a construir suas casas no sistema de autoajuda, ao mesmo tempo foram construídas casas e laços afetivos. Nesse lugar de identidade fortalecida e familiar nasce a comunidade com todas as condições propícias de se manter como uma ilha informal em meio ao crescimento planejado circundante.

No início de 2012, alguns moradores questionaram uma inscrição com tinta verde nas fachadas (Figura 1). Ao verificar, descobriram que a marca determinava a remoção de duzentas e três casas, em torno de quatrocentas famílias, devido a possibilidade da passagem de uma via do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) no local. Imediatamente os moradores se organizaram para reivindicar, na esfera pública, seus direitos (Figura 1).

Rosalyn Deutsche apresenta o espaço público como um ambiente de atividade política e por meio desta definição discute a esfera pública como uma interação discursiva, onde os indivíduos assumem identidades políticas. A autora traz, dos fundamentos de Habermas (2003), a posição intermediária da esfera pública, entre a sociedade e o Estado, onde as pessoas se envolvem em assuntos de interesse público, e com isso passam a ser elas mesmas um público, por se comprometerem com a discussão política crítica e racional (Deutsche, 2001: 308-309).

A busca de legitimação e legalização das moradias, assim como foi explicado por Deutsche, deu início a uma relação entre a comunidade e a universidade que repercutiu em um processo de pesquisa e extensão que dura até o presente momento.

**Figura 1. Comparativo entre a (1) pintura que demarcava as casas ameaçadas de remoção e (2) o sticker “Meu Território” elaborado no SeNEMAU pelo eixo “Arte e Resistência Urbana”.**



Fonte: Foto e diagramação elaboradas pelos autores, com base na pesquisa realizada.

## 2. Objetos, Ações e Sujeitos

“(...) não há uma lógica absoluta do espaço, sequer uma lógica do espaço absoluto, e sim que o espaço é construído na relação entre três partes: os objetos as ações e os seres humanos – que agem diretamente sobre os objetos ou significam (atribuem signos e significados) ações e objetos (Duarte, 2002: 48).

A partir dos três elementos que compõe o espaço – objetos, ações e seres humanos –, é possível entender os eventos que seguem. Representantes da Lauro Vieira Chaves entram em contato com o Canto<sup>5</sup>, que passa a ser um novo sujeito no processo de constituição do vir a ser da comunidade. A ação seguinte é o projeto de extensão “Regularização fundiária da comunidade Lauro Vieira Chaves”, quando a universidade tem a oportunidade de estabelecer um contato com a realidade local, identificar novas demandas e perceber a potência da LVC em assumir uma identidade política. O espaço constituído por ações e seres humanos amplia sua gama de relações possíveis com a inserção da universidade no espaço físico e político da comunidade que passa a abarcar um novo campo de ação. O conceito de campo de ação (Parramon, 2007: 10-18) aplica-se nessa interação híbrida e heterogênea, na medida em que os sujeitos envolvidos articulam-se como um sistema de experimentação e transgressão com o objetivo comum de transformar o contexto, em conexão direta com seu cotidiano e os aspectos vivenciáveis do local.

Simultaneamente ao projeto de regularização, o escritório organiza o encontro nacional de EMAUs, o SeNEMAU<sup>6</sup>. Nesse evento, as demandas identificadas anteriormente emergem como eixos temáticos para um mutirão imersivo na comunidade: “Espaços Públicos”, “Comunicação Comunitária” e “Arte e Resistência Urbana”. Em “Espaços Públicos” são abordados principalmente questões paisagísticas. O grupo “Comunicação Comunitária” interage com as famílias e propõe uma rádio comunitária. O trabalho de “Arte e Resistência Urbana” dedica-se à questão da visibilidade da comunidade através da arte de rua.

O seminário marca a relação entre a comunidade e a universidade com uma intensidade tal que o processo ganha um passo a mais, o projeto de extensão “Se essa rua fosse nossa”, com a proposta de dar continuidade aos trabalhos realizados no eixo “Espaço Público” e “Arte e Resistência Urbana”. A proposta consiste em trabalhos de intervenções co-criativas e participativas com a intenção de qualificar os espaços públicos, muros e caminhos da comunidade; integrar os alunos dos cursos de design, arquitetura e urbanismo com os moradores, em processos artísticos, educativos e interativos.

“A possibilidade de uma arte relacional (uma arte que toma como horizonte teórico a esfera das interações humanas e seu contexto social mais do que a afirmação de um espaço simbólico autônomo e privado) atesta uma inversão radical dos objetos estéticos, culturais e políticos postulados pela arte moderna. (...) Agora ela se apresenta como uma duração a ser experimentada, como uma abertura para a discussão ilimitada.” (Bourriaud, 2009: 19-21)

A partir da estética relacional supracitada, podemos entender o processo de resistência da Lauro Vieira Chaves como ações sociais e artísticas, independente dos resultados estéticos das paredes, mas como um processo profundamente elaborado, uma crítica e um posicionamento político. O resultado, para além do alcance estético, das mensagens e do conteúdo das obras, implica na visibilidade da comunidade para os órgãos públicos, associada ao seu desejo de permanecer no lugar, conceitualmente definido por Duarte:

“O lugar é uma porção do espaço significada, ou seja, a cujos fixos e fluxos são atribuídos signos e valores que refletem a cultura de uma pessoa ou grupo. Essa significação é menos uma forma de se apossar desses elementos, e mais de impregná-los culturalmente para que sirvam à identificação da pessoa ou do grupo no espaço para que encontrem a si mesmos refletidos em determinados objetos e ações e possam, assim, guiar-se, encontrar-se e constituir sua medida cultural no espaço.” (Duarte, 2002: 65)

A construção do lugar a partir das referências de identidade da comunidade passa a ser priorizada uma vez que foi identificado o problema de não haver no processo criativo das intervenções do SeNEMAU uma maior participação dos moradores. Uma das atividades do projeto “Se essa rua fosse nossa” é a captação de fotos, especialmente das crianças, para a produção de lambe-lambes.

---

<sup>5</sup> Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará.

<sup>6</sup> EMAUs são escritórios modelo de arquitetura e urbanismo, conceituados e fomentados pela Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA), sem fins lucrativos. Possuem como um dos objetivos a integração entre estudantes e setores sociais que não tem acesso ao mercado formal de arquitetura. O SeNEMAU é um seminário nacional anual onde se discutem questões relativas aos projetos dos EMAUs e se realiza um mutirão na cidade anfitriã.

“(…) recurrir a la pegada pública de cartelesdemuestra una innegableeficacia. Ésta se explica, enprimero lugar, por suproximidadconlos tema de predilección sacados de la vida cotidiana que invitan a lo espectador a identificarseconlo que ve.” (Ardenne, 2002: 72)<sup>7</sup>

Surpreendentemente, os moradores reivindicaram que suas fotos fossem aplicadas nas fachadas de suas casas. A força da foto ganha um nível de realidade uma vez que reafirma a existência do sujeito além de seus limites privados, a ocupar o espaço público por meio de sua imagem. A presença desses e outros elementos reforçam o sentimento de lugar que esse nicho urbano passa a constituir. O conceito de lugar é entendido aqui como o espaço construído e posteriormente produzido, pessoal e coletivamente, com o sentido de pertencimento no acréscimo de significados em suas diferentes dinâmicas (fluxos) e suportes físicos (fixos).

A construção de um território se faz quando o indivíduos que vivem nessa porção de espaço, passam a ter consciência de sua participação na conjuntura cotidiana, e dão início a um processo de demarcação de posse, que reverbera em representações visuais no espaço físico da comunidade. Os signos de pertencimento, na verdade, não se limitam apenas a garantir o pertencer ao lugar, mas também constroem a identidade da comunidade, que se conforma a partir de expressões individuais e culmina em expressões comunitárias. Assim, a marcação de território e a formalização da imagem da comunidade legitimam a ideia de resistência perante os órgãos públicos.

Com a documentação do processo e a conquista da comunidade em desviar o VLT, e garantir sua permanência no local, surge a proposta de continuidade do projeto em uma publicação de interesse social a partir dos registros, depoimentos e vivências dos projetos anteriores.

### 3. A Nossa Rua

Com o reconhecimento do valor da imagem na construção de significados observado durante as intervenções visuais na comunidade, foi identificada a relevância de que todo processo fosse documentado e traduzido em uma publicação para que outras comunidades que passam por situações similares possam ter uma compreensão mais abrangente das possibilidades de negociação, resistência e permanência. Assim nasce o projeto de extensão “Nossa Rua”.

Priorizada a divulgação do processo em instâncias onde as informações podem ser apropriadas e utilizadas, a própria comunidade é incorporada ao público alvo. A possibilidade de oferecer um resultado no formato de uma publicação, impressa ou virtual, também é uma forma de garantir a legitimidade do que foi construído conjuntamente. A democratização da informação não está ligada somente ao meio que a informação é passada, mas também à sua linguagem.

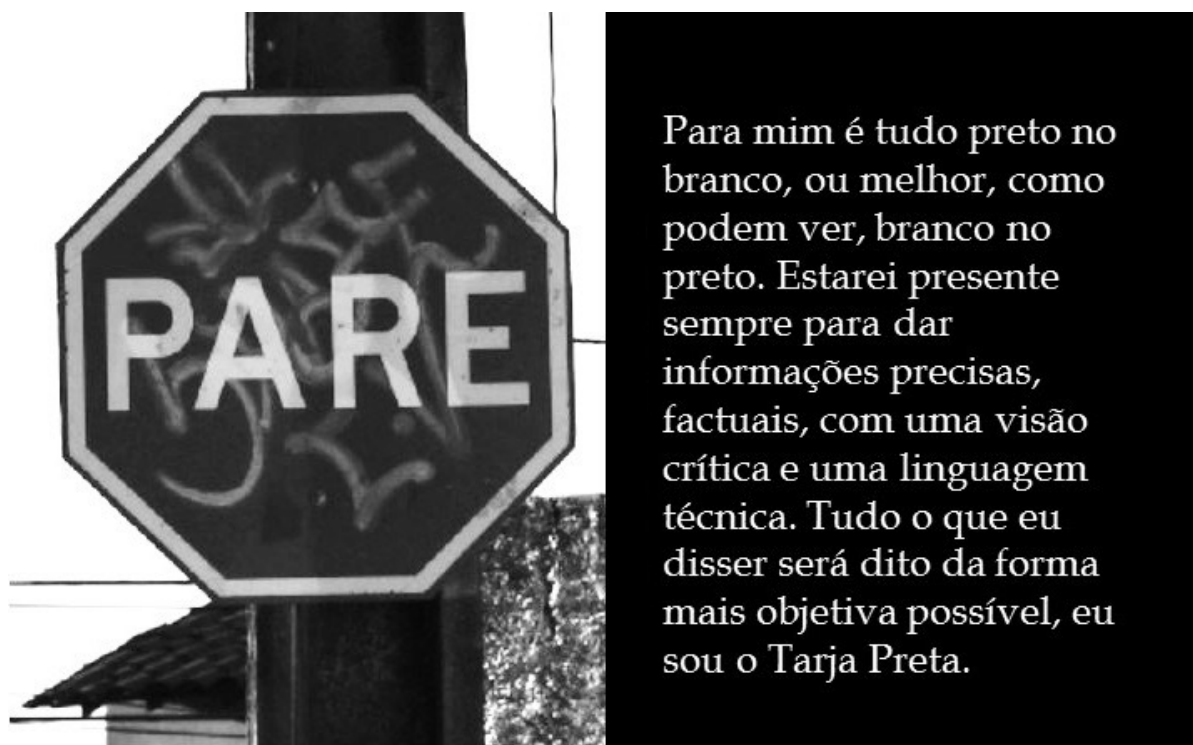
“Se foco do design gráfico é a comunicação, essa palavra deve ser entendida de forma mais ampla. Não apenas a comunicação gráfica das páginas bem diagramadas com uma tipografia bem resolvida e respeitando os requisitos projetuais, mas também é preciso ver a diagramação como ponto de contato entre as pessoas, que, portanto, ultrapassa o mero domínio técnico ou as propriedades de um projeto gráfico clássico.” (Miyashiro, 2011: 82)

Em consonância com Miyashiro, o ponto de contato entre as pessoas engloba os envolvidos nos projetos de extensão e os moradores, enquanto o conteúdo escrito da publicação agrega o pensamento dos mesmos autores utilizados na fundamentação teórica do projeto “Se essa rua fosse nossa” com o acréscimo das ideias de Ferrara (2001: 120), quando apresenta uma diferenciação entre visualidade e visibilidade. Na visualidade, a imagem aparece aos sentidos como uma manifestação que permite identificar o lugar, como “constatação receptiva do visual físico e concreto das marcas fixas que referenciam a cidade e a identificam entre as cidades”. Na visibilidade a imagem é uma mediação que pode produzir um conhecimento do espaço.

---

<sup>7</sup> Recorrer aos lambe-lambes demonstra uma eficácia inegável. Esta se explica, em primeiro lugar, com os temas prediletos do cotidiano que convidam o espectador a identificar-se com o que vê. (Tradução dos autores para fins de estudo)

**Figura 2. Exemplo de comunicação visual do narrador "Tarja Preta".**

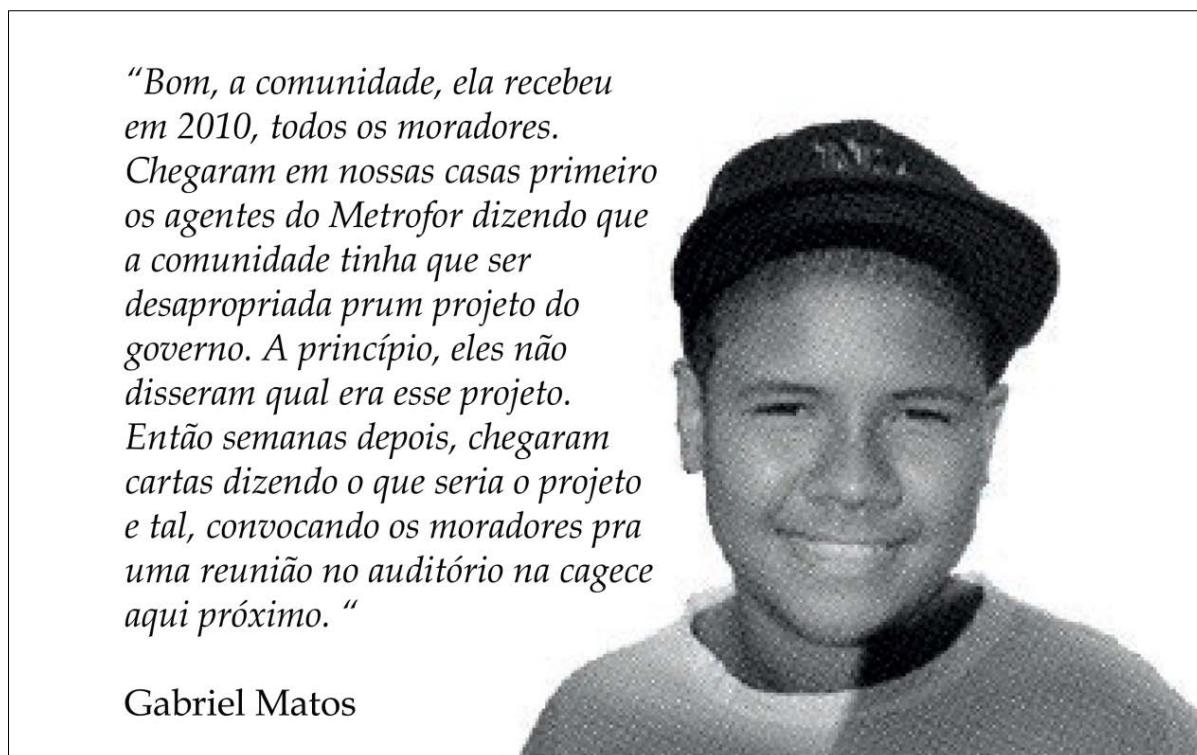


Source: Foto e diagramação elaboradas pelos autores, com base na pesquisa realizada.

A publicação é contada por três narradores. Os narradores surgem a partir de uma busca de atender os diferentes públicos alvo. O primeiro narrador possui uma linguagem formal com dados e referências acadêmicas. Como imagem, usa uma aparência de fundo preto com letras brancas. Seu nome é "Tarja Preta". (Figura 2)

O segundo narrador relata em primeira pessoa, se apropria do discurso falado, para reforçar a proximidade de linguagem, levar essas vozes a outros públicos, transmitir a percepção direta dos acontecimentos e transformar estatísticas em histórias reais.

Não à toa a imagem que ilustra as falas é semelhante aos lambes. Ambos são recortes emoldurados da realidade cotidiana, que são ressignificados e geram reflexão. O lambe de cada personagem personifica o discurso, e dá identidade visual a cada história. A tipografia itálica diferencia a linguagem falada-escrita (Figura 3).

**Figura 3. Exemplo de comunicação visual do narrador "Vós".**

Fonte: Elaborado pelos autores, com base na pesquisa realizada.

O terceiro personagem é mais lúdico, sinestésico e poético, comunica-se com textos em ilustrações e fotografias, em uma combinação intersemiótica e linguagem de fanzine. É o responsável por fragmentar e ilustrar o fluxo de pensamento da publicação, traduzir de inúmeras maneiras aquilo é vivido, assimilado e experimentado. Essa fragmentação é proposta como uma tentativa de externalizar um processo que não foi contínuo e regrado, o processo poético da vivência. As ilustrações, textos, setas, rabiscos, desenhos a mão, fotografias, ilustrações e colagens são imagens do processo ou construídas com esse mesmo propósito de foco alegórico, poesia e subjetividade (Figura 4).

Os três narradores cumprem o objetivo de diversificar a linguagem para diferentes públicos e produzir uma forma inovadora de estrutura editorial. O projeto ainda está em andamento.



**Figura 4. Exemplo de comunicação visual do narrador "SER".**

Fonte: Foto base de Igor Queiroz; arte elaborada pelos autores, com base na pesquisa realizada.

#### 4. Considerações Finais

O trabalho em questão é entendido como uma compilação de toda a trajetória de uma comunidade que enfrenta o mesmo problema de várias outras espalhadas pelo Brasil: a ameaça de remoção em virtude das reformas urbanas de grande porte ou grandes eventos. O processo delineado mostrou-se longo e irregular e ganhou configurações mais consistentes, além de força, conforme as atividades e debates foram formulados e realizados, sempre através de um posicionamento participativo, com intercâmbio de ideias, conhecimentos e vivências.

O sentimento de pertencimento, identificação e resistência se consolidam. Aos poucos, as discussões junto à prefeitura municipal acumularam pequenas vitórias e o desejo de quem vivia no local passou a adquirir reconhecimento e força.

Desta maneira, é relevante a divulgação do processo, em âmbito acadêmico e social, para estimular futuras mobilizações, difundir o potencial que iniciativas locais possuem de conquistar seus direitos e para disseminar a possibilidade de transformações urbanas estruturadas em interesses sociais e interdisciplinares.



Na conjunção do espaço público e da esfera pública, os objetivos das ações que mobilizam o livro se realizam, com a marcação de território e afirmação da identidade dos moradores para revelar o sentido de lugar existente e construir sua visibilidade nos espaços públicos da comunidade.

No processo de valorização da cidade como signo, para a comunidade Lauro Vieira Chaves, aparecer passou a ser uma questão de existir. Aos olhos dos poderes públicos, sua visibilidade revela a importância do tempo que os moradores vivem ali, tempo de construção da identidade, do lugar.

## REFERÊNCIAS

- Abrahão, S.L. (2008), *Espaço Público: do urbano ao político*, São Paulo: Annablume; Fapesp.
- Ardenne, P. (2006), *Un Arte Contextual: creación artística en medio urbano, en situación, de intervención, de participación*, Trad. Françoise Mallier, Murcia: Azarbe.
- Arantes, O., Vainer, C., Maricato, E. (2000), *A Cidade do Pensamento Único. Desmanchando consensos*, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Barbière, R. (2007), *A Pesquisa Ação*, Trad. Lucie Didio, Brasília: Libel Livros.
- Braga, M.C. (org.) (2011), *O Papel Social do Design Gráfico. História, conceitos & atuação profissional*, São Paulo: Senac.
- Bourriaud, N. (2009), *Estética Relacional*, Trad. Denise Bottmann, Martins Fontes: São Paulo.
- Certeau, M. (2000), *La invención del cotidiano*, V1 - Artes de Hacer. V2 - Habitar, Cozinhar, Trad. Alejandro Pescador, Mexico: Universidad Iberoamericana.
- Deutsche, R. (2001), "Agorafobia" in P. Blanco, J. Carrillo, J. Claramonte, M. Expósito (orgs.), *Modos de Hacer*, Arte Crítico, Esfera Pública y Acción Directa, Salamanca: Universidad de Salamanca.
- Duarte, F. (2002), *Crise das Matrizes Espaciais: arquitetura, cidades, geopolítica e tecnocultura*, São Paulo: Perspectiva.
- Ferrara, L. D'A. (2002), *Design em Espaços*, São Paulo: Rosari.
- Habermas, J. (2003), *Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, Trad. Flávio Kothe, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Jacobs, J. (2000), *Morte e Vida de Grandes Cidades*, São Paulo: Martins Fontes.
- Lavalle, A.G. (2001), *Espaço e Vida Públicos: reflexões teóricas e sobre o pensamento brasileiro*, São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas.
- Lefebvre, H. (1984), *La vida Cotidiana en el mundo moderno*, Madrid: Alianza.
- Lefebvre, H. (2001), *O Direito à Cidade*, São Paulo: Centauro.
- Miyashiro, R.T. (2011), "Com design, além do design: os dois lados de um design gráfico com preocupações sociais", in M.C. Braga (org.), *O Papel Social do Design Gráfico. História, conceitos & atuação profissional*, São Paulo: Senac.
- Rancière, J. (2005), *Sobre Políticas Estéticas*, Barcelona: Museu d'Art Contemporani de Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona.

Santos, M. (2001), *Por uma Outra Globalização. Do Pensamento Único à Consciência Universal*, Rio de Janeiro: Record.

Santos, B.S. (2004), *A universidade no séc. XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*, São Paulo: Cortez.